

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

Projeto de Lei nº 46/2023

TRANSFORMA EM UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL DA ILHA DE SANTA RITA – ISEIS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições, faz saber que a mesma Câmara aprovou e o Prefeito sancionará a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica transformada em Utilidade Pública o Instituto Social e Educacional da Ilha de Santa Rita – ISEIS, com CNPJ nº 31,962,238/0001-21, fundado em 16 de agosto de 2018 e sediado na Rua Ramon Lima, Santa Rita, Marechal Deodoro / AL.

Art. 2°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marechal Deodoro/AL, 25 de outubro de 2023.

YURI CORTEZ DE MENEZES Presidente EDNALDO SANTOS DA ROCHA 1º Secretário





Câmara Mun, de Mal. Deodoro-AL APROVADO POR UNANIMIDADE

Presidente

Estado de Alagoas

Câmara Municipal de Marechal Deodoro

PROJETO DE LEI nº 46/2023

Transforma em Utilidade Pública o INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL DA ILHA DE RITA - ISEIS e adota outras SANTA providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Marechal Deodoro/AL, no uso de suas atribuições, faz saber que a mesma Câmara aprovará e o Sr. Prefeito Municipal sancionará a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica transformada em Utilidade Pública o Instituto Social e Educacional da Ilha de Santa Rita - ISEIS, com CNPJ nº 31.962.238/0001-21, fundado em 16 de agosto de 2018 e sediado na Rua Ramon Lima, Santa Rita, Marechal Deodoro/AL.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marechal Deodoro-AL, em 17 de outubro de 2023.

Vereador RICARDO FRANCISCO BRITO DA SILVA (Ricardo do Braz)



Estado de Alagoas Câmara Municipal de Marechal Deodoro

JUSTIFICATIVA

A justificativa para o projeto de lei municipal que visa transformar o Instituto Social e Educacional da Ilha de Santa Rita - ISEIS em uma entidade de utilidade pública reside em vários motivos fundamentais. Primeiramente, o ISEIS demonstrou um compromisso sólido com o bem-estar da comunidade local, demonstrando consistentemente sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Além disso, o ISEIS tem um histórico de ações benéficas que vão ao encontro das necessidades da população, como programas de educação, capacitação profissional, assistência social e promoção da cultura, que impactam positivamente a qualidade de vida dos cidadãos locais.

Outro ponto importante é a capacidade do Instituto de promover o envolvimento ativo da comunidade, incentivando o voluntariado e a participação cívica, o que fortalece os laços sociais e contribui para a coesão da sociedade local.

A concessão do status de utilidade pública a essa instituição também pode abrir portas para obter financiamento público e doações privadas, permitindo um maior alcance de suas atividades e projetos em benefício da comunidade. Isso, por sua vez, ajuda a aliviar a carga financeira sobre o governo municipal, direcionando recursos para outras áreas igualmente importantes.

Em resumo, a transformação do Instituto em uma entidade de utilidade pública é justificada pela sua trajetória comprovada de contribuição para o bem-estar da comunidade, pelo fortalecimento dos laços sociais e pelo potencial de ampliar seu impacto através do acesso a recursos adicionais, proporcionando um benefício duradouro para os residentes locais.

Autoria: Ricardo Francisco Brito da Silva



ESTATUTO SOCIAL

INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA - ISEIS

CAPÍTULO PRIMEIRO

Nome e Natureza Jurídica

Art. 1º - Sob a denominação de "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA", ou pela forma abreviada "ISEIS", fica instituída esta associação civil sem fins lucrativos, e que regerá por este ESTATUTO, e pelas normas legais pertinentes.

CAPÍTULO SEGUNDO

Da Sede

Art. 2º - O "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" terá sua sede e foro na cidade de "MARECHAL DEODORO-AL", à "RUA RAMON LIMA, s/Nº, ILHA DE SANTA RITA", podendo abrir filiais ou agências em outras cidades ou unidades da Federação, bem como no exterior.

Art. 3º - O prazo de duração da "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" é Indeterminado.

CAPÍTULO TERCEIRO

Dos Obietivos

Art. 4º - O "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, do meio ambiente, da cultura social, através das atividades de educação profissional e entretenimento, esporte e lazer. Parágrafo Primeiro - Para a consecução de suas finalidades, o "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando: Incluir todo cidadão nos projetos voltados à cidadania, capacitação e aprimoramento profissional, valorizando a tradição cultural, desenvolvendo programas sociais, Incentivando a criança, o jovem, o adulto e o idoso a participar e desenvolver junto da sociedade a interação do bem-estar de todos. Razão principal da existência de sua ONG. Citamos alguns exemplos. Observe que alguns são obrigatórios conforme a Lei nº 9,790/99)

- 1 Programa de assistência e incentivo a cultura e social, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, mediante concessão, valorizando a tradição da cultura comunitária de acordo com a legislação (Exemplo: O Pastoril, A baiana, A Orquestra de musica):
- 2 Programa da assistência social às minorias e excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza(programa voltado para crianças, jovens, adultos e idosos) assistências às pessoas carentes e inclusão;
- 3 Programa gratuito da educação e da saúde incluindo prevenção de HIV-AIDS e consumo de drogas (executar cursos profissionalizantes, treinamentos, palestras e atendimento voluntários de assistência à saúde e ao cidadão);
- 4 Programa de esporte e lazer, intuito de incluir e ocupar o tempo livre das crianças e jovens na área de esporte, Arte, Lazer (Escolinha de futebol, escola de artesanato, Desenho, sala de leitura);

5 — Programa do voluntariado, de criação de estágios e colocação de treinandos no mercado de trabalho, para trabalharmos em parceria com órgãos que possamapoiar nossos projetos voltados para o bem-estar de todos que utilizam os serviços da instituição;

Janens Janens

Emstro J

Vielenie V

A.

J. 3

v So

1

Programa de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança: assessoria jurídica gratuita e combate a todo o tipo de discriminação sexual, racial e social, trabalho forçado e infantil(apolo a todo cidadão);

7 — Programa de inclusão digital, espaço oferecido para aula de informática para todos da comunidade.

8 – Programa de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, levando comunicação e informação para todos com o intuito do bem servir, (Rádiocomunitária);

Parágrafo Segundo - A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 5º -0 "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" não se envolverá em questões político-partidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

CAPÍTULO QUATRO

Dos Sócios, Seus Direitos e Deveres

Art. 6º - O "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" é constituída por número ilimitado de sócios, os quais serão das seguintes categorias: efetivos, colaboradores e beneméritos.

Art. 7º - São sócios efetivos as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que assinaram os atos constitutivos da entidade e outros que venham a ser admitidos nos termos do Artigo 10, Parágrafo Único, do presente Estatuto.

Art. 8º - São sócios colaboradores pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA".

Art. 9º - São considerados sócios beneméritos pessoas ou instituições que se destacaram por trabalhos que

se coadunem com os objetivos dessa Associação.

Art. 10 — Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA", nem pelos atos praticados pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo.

Parágrafo Único — A admissão de novos sócios, de qualquer categoria será decidida pela Assembléia Geral, mediante proposta de sócios efetivos ou da Diretoria.

Art. 11 - São direitos dos associados:

I – participar de todas as atividades associativas;

II – propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções:

III – apresentar propostas, programas e projetos de ação para a "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA".

 IV – ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente.

Parágrafo Único - Os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Art. 12 - São deveres dos associados:

I – observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da sociedade;

II – Cooperar para o desenvolvimento e maior prestigio da "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA , DE SANTA RITA" e difundir seus objetivos e ações.

Alexand

Honeme

Art. 13 — Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou materia ao "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA".

CAPÍTULO QUINTO

Das Assembléias Gerais

Art. 14 — A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, e é constituída pelos sócios efetivos da "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA".

Art. 15 — A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente 1 (uma) vez por ano, para deliberar sobre os seguintes temas:

I – apreciação e aprovação do Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, e o Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;

II – nomeação ou destituição do Diretor Executivo;

III - nomeação dos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal;

IV - deliberar sobre a admissão de novos sócios efetivos, colaboradores e beneméritos;

V – deliberar sobre a reforma e alterações do Estatuto;

VI – deliberar sobre a extinção da Associação e a destinação do patrimônio social;

VII – deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 16 — As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente, ou por carta assinada por pelo menos a metade dos sócios efetivos.

Parágrafo Único - A convocação da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de carta registrada endereçada a todos os sócios, ou qualquer meio de comunicação desde que endereçada com antecedência mínima de 7 dias.

Art. 17 — O quorum mínimo exigido para a instalação da Assembléia Geral, a qualquer tempo, é de 50% (cinqüenta por cento) dos sócios efetivos.

Parágrafo Primeiro - Terão direito a voto nas assembléias todas as categorias de sócios: efetivos, beneméritos e colaboradores, este último desde que em dia com sua contribuição.

CAPÍTULO SEXTO

Da Administração

Art. 18 - O "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" será dirigido pela Diretoria Executiva eleita em assembléia geral, para um período de quatro (04) anos, podendo ou não ser reeleita. A administração caberá ao Presidente o qual representará a Associação em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral, podendo nomear procuradores em nome da Associação, com poderes específicos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração.

Art. 19 — O Presidente da "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" visando imprimir maior operacionalidade às ações da Associação, deverá assumir as seguintes atribuições ou nomear e contratar um Diretor Executivo, para:

I – coordenar e dirigir as atividades gerais específicas do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA";

 II – celebrar convênios e realizar a filiação do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" a instituições ou organizações, por delegação do Presidente;

Endrand

110 - Centefany

Lie en appliet 200

presentar o "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da Associação;

IV - encaminhar anualmente aos sócios efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os pareceres de Auditores Independentes, ou Conselho Fiscal, se este estiver constituído, sobre os balancetes e balanço anual;

V – contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA".

VI - Elaborar e submeter aos sócios efetivos o Orçamento e Plano de Trabalho Anuais;

VII – propor aos sócios efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto;

VIII - propor aos sócios efetivos a fusão, incorporação e extinção do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;

IX – adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da Associação, mediante autorização expressa da Assembléia Geral:

X - Elaborar o Regimento Interno e o Organograma Funcional do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA", e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembléia Geral;

XI – exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente neste Estatuto.

Parágrafo Único - É vedado a qualquer membro da Diretoria ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA".

CAPÍTULO SÉTIMO

Do Conselho Consultivo

Art. 20 - Com o objetivo de assessorar os sócios e funcionários do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" na consecução de seus objetivos estatutários, e principalmente na elaboração, condução e implementação de suas ações, campanhas e projetos, os sócios efetivos indicarão à Assembléia Geral, nos termos do artigo 15, alínea III deste Estatuto, pessoas de reconhecimento saber e idoneidade, nos campos de conhecimento afins com suas atividades, para comporem o Conselho Consultivo da "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA".

Art. 21 - O Conselho Consultivo compor-se-á de no máximo 5 membros, com mandato de quatro (04) anos, e reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente, ou por sugestão do Diretor Executivo, com ausência do primeiro.

Parágrafo Primeiro — Os membros do Conselho Consultivo elegerão, por maloria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos desse Conselho.

Parágrafo segundo - As deliberações e pareceres do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

CAPÍTULO OITAVO

Do Conselho Fiscai

Art. 22 -- Quando convocados nos termos do Artigo 24, Parágrafo Terceiro, desse Estatuto, o Conselho Fiscal será fiscalizador da administração contábil financeira da "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA", e se comporá de pelo menos 1 membro de idoneidade reconhecida.

Art. 23 - Os membros do Conselho Fiscal serão convidados pelos sócios efetivos, e nomeados pela Assembléia Geral, nos termos do Artigo 15, alínea III deste Estatuto.

Art. 24 - Compete ao Conselho Fiscal, ou se for o caso, aos Auditores Externos:

Likhany

I - Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da "INSTITUTO SE EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA", oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;

II – Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA", sempre que necessário;

III - Comparecer, quando convocados, às Assembléias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;

IV – Opinar sobre a dissolução e liquidação do INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA.

CAPÍTULO NONO

Do Patrimônio

4 3

上の山村村は海山村町の

当 日刊 经必 如 然 因 我 因 我 我 我 我 我 我 我 我 我 我 我

Art. 25 - O patrimônio do INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA será constituído por doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras. Art. 26 - 0 "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" não distribuirá qualquer

parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação dos resultados sociais.

CAPÍTULO DÉCIMO

Do Regime Financeiro

Art. 27 - O exercício financeiro do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 28 - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte à Assembléia Geral, para análise e aprovação.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

Da Qualificação do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" Como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de Acordo Com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 29 - O "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" não distribuirá, entre seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.

Art. 30 - 0 "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Art. 31 - No caso de dissolução, aprovada a extinção pela Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, nos termos do Artigo 15, proceder-se-á o levantamento do seu patrimônio, que obrigatoriamente será destinado a outras instituições legalmente constituídas, qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos, que tenham objetivos sociais semelhantes.

Art. 32 - O "INSTITUTO SOCIAL É EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" em observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo

Art. 33 - O conselho fiscal ou órgão equivalente, terá competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimonlais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Art. 34 - Na hipótese do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Art. 35 - Haverá a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Pupa

2 stelany

36 - O "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" observará as normas de prestação de contas, que determinarão, no mínimo: I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

III – a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

IV- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será felta conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 37 - É vedada ao "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA", como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a participação em campanhas de interesse políticopartidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

Da Execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 38 - Será instituído o Conselho Comunitário de, no mínimo, cinco (05) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

Art. 39 — O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, caso a "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" venha explorar serviços de radiodifusão, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios do artigo 4º da Lei de Radiodifusão Comunitária.

Art. 40 - A responsabilidade e a orientação intelectual da rádio comunitária do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" caberá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez

Art. 41 - O quadro de pessoal da rádio comunitária do "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" será constituído de, ao menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Art. 42 - O"INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" não efetuará nenhuma alteração do presente estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Art. 43 - 0 "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" adotará o nome de fantasia de "Rádio Comunitária SANTA RITA FM" para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO

Das Disposições Gerais

Art. 44 - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam o "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Marechal Deodoro-Al, 91 de Maco de 2018

lucia fariens Endro Mestelony

李明即 如人口等

信号 等時四八 人名李武林

14/1. 900099 JAN Fabiana Santos Farias CPF: 051. 217, 024, 00 (Presidente)



Esterary Christina S. de Carvallus Esterary Christina S. de Carvalho

CPF: 056 195074 - 16 (Vice-presidente)

Marlène Galdino da Rocha

CPF: 870.377.184.91 (Secretária)

Registro na OAB No 9069 (Advogado)





SERVICO NOTARIAL E REGISTRAL Rua Tavaras Bastos, 71 - Mal. Deodoro-Al. go firmas por seme

Hourness Hourness firmas por semelhance de Fantes tourion e Marvene 2000ims Marechal Dedorp/Al

Maria das Dres G. R. de Lima - Tabellão
Rubem Bernardino de Lima - Tabellão Substituto
Cibilene Mª Poixoto S. de Arabio - Escrevente Autorizada
Ana Lúcia Silva Costa - Escrevente Autorizada
Lilian A. Alves Gouveia de Lima

Escrevente Autorizada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Serviço notarial e registral da comarca de marechal deodoro –

Telefax (82) 3263-1415 / 3263-1550

Maria das Dores Gouveia Ribeiro de Lima – tabelià oficial Bel. Arthur Rubem G. R. Lima - substituto



PROTOCOLO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro "A-1", Fls. 91v, Nº. 638, em 16/08/2018. Certifico e dou fé, que registrei no Registro de Pessoas Jurídicas, Livro A-V, folhas nº 160, Número de Ordem 627, em data de 16/08/2018, o ESTATUTO SOCIAL - INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA - ISEIS - datada de 21/05/2018 - Tendo como Presidente: FABIANA SANTOS FARIAS.

Marechal Deodoro (AL), 16 de agosto de 2018.

Maria das Dores Gouveia Ribeiro de Lima Oficiala do Registro de Imóveis.



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL MAL. DEODORO - AL Selo nº <u>AB785680</u>

ATA DE FUNDAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL

Fundação, Aprovação do Estatuto e Eleição da Primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Instituto Social e Educacional Ilha de Santa Rita – ISEIS

Aos 18 (dezoito) de Junho do ano de Dois mil e dezoito, às 19h00 horas, instalou-se no prédio localizado à Rua Ramon Lima, s/n, no Povoado da Ilha de Santa Rita, nesta cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas, CEP: 57.160-000, sede da Sociedade, a Assembléia Geral para Fundação, Aprovação do Estatuto e Eleição da Primeira Diretoria da ONG. "Instituto Social e Educacional Ilha de Santa Rita - ISEIS, com objetivo de apoiar e desenvolver ações para a defesa e motivação da qualidade de vida do ser humano, com trabalhos Sociais, Educação profissional, Cultural, Meio Ambiente, Esporte e Lazer. A assembleia foi aberta contando com a presença de líderes comunitários, e de alguns amigos do povoado da Ilha de Santa Rita, e que assinaram a relação anexa, desde já considerada Sócios Fundadores; Assembleia esta secretariada por Marlene Galdino da Rocha e Presidida pela Líder Comunitária Estefany Christina Soares de Carvalho. Tendo tomado a palavra a Fundadora e idealizadora deste Projeto, a Sra. Fabiana Santos Farias, que explicou em pormenores as finalidades da fundação desta associação, dizendo tratar-se de uma ONG - Organização Não Governamental sem fins lucrativos, seus objetivos, finalidades, áreas de atuação e, sobre os Projetos Sociais, Educacionais a serem desenvolvidos. A seguir foi lido pelos três membros da mesa, o ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO, que irá reger a Entidade "ISEIS". Discutido em todas as suas alineas, cláusulas e parágrafos, foi aprovado integralmente por aclamação, pelos presentes. Após este ato, foi suspensa a sessão por uma hora, para que fossem elaboradas as chapas com os nomes, para formação das chapas a concorrerem a Direção da Entidade no primeiro mandato de existência desta Associação, tendo sido nomeado como Presidente deste Ato para fins de Eleição da Primeira Diretoria, a Líder Comunitária, Estefany Christina Soares de Carvalho. Decorrido mais um intervalo estipulado, a Senhora Presidente, convidou a Secretária Marlene Galdino da Rocha, para proceder à chamada dos Associados e apresentação das chapas concorrentes. Constatada a presença de todos os que responderam à convocação inicial, relacionados em Lista de Presenças em anexo e, a partir deste Ato designados Sócios Fundadores. Como tivesse sido apresentada apenas uma única chapa, foi decidido que a Primeira Diretoria fosse eleita por Aclamação, tendo a mesma ficada composta da seguinte forma: Presidente Fabiana Santos Farias, solteira, bacharel em Ciências Contábeis, portadora da Carteira de Identidade nº 99001285938 SSP-AL e do CPF.051.217.024-00, residente e domiciliada na Rua Ramon Lima, 107, Santa Rita, Marechal Deodoro-AL; Vice-Presidente Estefany Christina Soares de Carvalho, solteira, Professora, portadora da carteira de identidade nº 36998621 e do CPF.: 056.195.074-16, residente e domiciliada na Rua Adelina de Carvalho Melo, Sn., Santa Rita, Marechal Deodoro-AL 1ºSecretária: Josiene Pereira Teles, solteira, Artesã, portadora da carteira de identidade nº 1156961 e do CPF.: 815.168.434-87, residente e domiciliada na rua Otavio Teixeira, Sn, Santa Rita, Marechal Deodoro-AL, 2ºSecretário: Maria Lúcia dos Santos, Artesã solteira, portadora da carteira de identidade nº 1252486 e do CPF.: 894.735.584-49, residente e domiciliado na rua Otávio Teixeira, Sn., Santa Rita, Marechal Deodoro-AL, 1º Tesoureiro (a): Endson Santos de Oliveira, solteiro, Motorista, portador da carteira de identidade nº 2002001310172 e do CPF.: 084.479.154-76, residente e domiciliado na Rua Adelina de Carvalho Melo, Sn, Santa Rita Marechal Deodoro-AL, 2º Tesoureiro(a): Marlene Galdino da Rocha, solteira, Secretária, portadora da carteira de identidade nº 1222327 e do CPF. 870.377.184-91, residente e domiciliada na rua Donina Barbosa, Sn, Massagueira, Marechal Deodoro --AL, e o Conselho Fiscal: Vanirleide da Silva Santos, Solteira, Auxiliar Administrativo, portadora da carteira de identidade nº 2001001235723 e do CPF. 060.174.744-56, residente e domiciliada Tv cel. Piranhas, 42, Jacintinho, Maceió-AL. Como reconhecimento aos serviços até o momento prestado por estes cidadãos, para a fundação da Entidade, imediatamente foi aclamada pela Assembleia Geral, esta Diretoria que irá dirigir as atividades da Associação, doravante designada Instituto Social e Educacional Ilha de Santa Rita - ISEIS. Fazendo uso da palavra a Presidente empossada Fabiana Santos Farias, agradeceu em seu nome e em nome dos demais colegas, a confiança nela depositada, dizendo ainda de seus propósitos de bem conduzir, os trabalhos e atividades desta Associação, em conformidade com as Leis estabelecidas e o Estatuto da Associação. Ficou também decidido que a Associação funcionará com sede provisória na Rua Ramon Lima, nº. s\n Bairro Ilha de Santa Rita. CEP:

2 stetom

1-

JEST BY

, Olas

57.160-000, nesta cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas, Nada mais havendo pæ assinada pela Presidente desta Assembleia, Estefany Christina Soares de Carvalho, pèla Presidente eleita da Associação "ISEIS", Fabiaçá Santos Farias.

DIRETORIA:

Fabiana Saptos Farias RG. 99001285938 CPF. 051.217.024-00 (Presidente)

Christiana Soones de Corrollis

Estefany Christina Soares de Carvalho

RG. 36998621

CPF: 056.195.074-16 (Vice-presidente)

tihi Galdino ola Rocha Marlene Galdino da Rocha

RG. 1222327

CPF: 870.377.184-91 (secretária)

Endon Santos de Olivera Endson Santos de Oliveira RG: 2002001310172

CPF: 084.479.154-76 (Tesoureiro)

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Rua Tavarus Bastos, 71 - Mal. Deodoro-AL finnas por semelhança de thisting scaus Marechal Dedoro/AL da verdade. OllismAting Mana das Dres G. Ri de Lima - Tahellao Rubem Bernardino de Lima - Tahellao Rubem Bernardino de Lima - Tahellao Dirlene Mª Peixolo S. de Araujo - Ellian Analizada La Autorizada Ana Lucis ERVICO NOTARIAE ENGREPARIA Autorizada Rua Tavares Bastos, 71 - Mal. Doudoro-At Reconheço firmas por semethano

Mage Chilippy alogo

<u>INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA – ISEIS</u> QUALIFICAÇÃO DOS INTEGRANTES DA DIRETORIA DO ESTATUTO



Estefany Chritune Soures de Convolles Estefany Christina Soares de Carvalho RG. N°. 36998621 CPF. 056.195.074-16

Mariene Galdino da Rocha RG. 1222327 CPF. 870.377.184-91

Fabiana Santos Farias RG. 99001285938 CPF. 051,217,024-00

Joseph Paritima Josiene Pereira Teles RG. N° 1156961 CPF.815.168.434-87

Maria Lucia dos Santos RG. 1252486 CPF. 894.735.584-49

Endson Santos de Oliveira RG. Nº. 2002001310172 CPF. 084.479.154-76

Vanirleide da Silva Santos RG. 2001001235723 CPF. 060.174.744-56

ONE HE COOK

* **



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DA COMARCA DE MARECHAL DEODORO — AL HOTAR A

Telefax (82) 3263-1415 / 3263-1550 Maria das Dores Gouveia Ribeiro de Lima - TABELIA OFICIAL Bel. Arthur Rubem G. R. Lima - substituto

PROTOCOLO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro "A-1", Fls. 91v, Nº. 637, em 16/08/2018. Certifico e dou fé, que registrei no Registro de Pessoas Jurídicas, Livro A-V, folhas nº 159, Número de Ordem 626, em data de 16/08/2018, a ATA DE FUNDAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL - FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA - ISEIS - datada de 18/06/2018 -Tendo como Presidente: FABIANA SANTOS FARIAS.

Marechal Deodoro (AL), 16 de agosto de 2018.

Maria das Dores Gouveia Ribeiro de Lima Oficiala do Registro de Imóveis.



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL MAL. DEODORO - AL Selo nº_ / / / パックとぎょ

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL Rua Tavares Car Last 71 - Majl. Condermilia a itenticação Certifico e cou fá que a presento cópia

confere com a original. fwired as

□ Vickate de P. Oliveir □ Diriene M. Pelvoto E. de Araújo □ "Anna Vaneuze dos Cautos Anna Vaneura nos cannos Cana Lúna Oliva Costa Escrevento Adulta A Alves Gouveia de Lima Cana Lúna Adulta A Alvesta Autorizada Escrevente Autorizada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.962.238/0001-21 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/08/2018
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO SOCIAL E EDUC	ACIONAL ILHA DE SANTA RITA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO ISEIS	ME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 94.93-6-00 - Atividades de	ECONÓMICA PRINCIPAL organizações associativas ligadas à	cultura e à arte	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDAD 94.30-8-00 - Atividades de 94.99-5-00 - Atividades ass	DES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS associações de defesa de direitos so sociativas não especificadas anterior	ciais mente	
código e descrição da naturez. 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R RAMON LIMA		NÚMERO COMPLEMENTO	
	AIRRO/DISTRITO LHA DE SANTA RITA	MUNICÍPIO MARECHAL DEODORO	UF AL
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (82) 9884-2892	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (E	EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 6/08/2018
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 16/10/2023 às 19:35:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Marechal Deodoro - AL

Histórico da Filarmonica Ilha de Santa Rita

A Filarmônica Ilha de Santa Rita, foi fundada em 16 de outro de 2018, um projeto do INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA — ISEIS.

O "INSTITUTO SOCIAL E EDUCACIONAL ILHA DE SANTA RITA" tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, do meio ambiente, da cultura social, através das atividades de educação profissional e entretenimento, esporte e lazer. Programa de assistência e incentivo a cultura e social, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, mediante concessão, valorizando a tradição da cultura comunitária de acordo com a legislação (Exemplo: O Pastoril, A baiana, A Orquestra de musica);

O projeto foi Idealizado pelos dois irmãos Fabio Farias e Fabiana Farias, que moram na ilha de Santa Rita, e capitaneado pelo maestro Miguel e Professor Edimario, o projeto visa oferecer formação musical e artística de excelência, com aulas gratuitas de violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta transversal, clarinete, trompete,sax,bombo,canto coral e musicalização, por meio de flauta-doce, voltadas a alunos da comunidade em geral, sem fins lucrativos.

O projeto da Filarmônica, vem sendo construído com 42 alunos inicial, onde pretendemos atender umas 120 ou 200 alunos capacitando e formando músicos da terra.

A intenção é possibilitar o desenvolvimento humano e social, por meio de uma formação musical consistente, fornecendo ferramentas que ampliem os valores culturais e de cidadania. As aulas acontece no centro comunitário de santa Rita, todas as terça-feira, quarta-feira e quinta-feira.

Instrumento para compor a Filarmônica

Cordas

Constituídas por violinos, violas, violoncelos e contrabaixos. Os violinos são subdivididos em dois times, chamados primeiros e segundos violinos, que tocam notas diferentes para compor acordes

Sopros 1 - madeiras

Nessa categoria, entram flautas, oboés, clarinetes e fagotes. Apesar de as flautas transversais serem de metal, antigamente eram feitas de madeira e foram mantidas nesse grupo

Percussão

O arsenal de instrumentos do gênero varia conforme as necessidades da peça a ser executada. Entre os mais usados, estão tímpanos, pratos, gongo, tambor, triângulo, xilofone, marimba e vibrafone

Sopros 2 - metais

São os diferentes tipos de corneta: trompetes, trompas, trombones e tubas

Segue abaixo, quantidade de instrumentos musicais:

nº	Quantidade	Instrumentos	
1	6	TROMPETES SIB.	
2	12	CLARINETAS SIB.	
3	6	TROMBONES SIB.	
4	2	BOMBARDÃO SIB.	
5	2	BOMBARDÃO DÓ	
6	4	SAX ALTO MIB.	
7	3	TENORES SIB.	
8	3	BOMBOS 22	
9	2	CAIXA DE GUERRA 2 AFINAÇÕES 14	
10	2	PAR DE PRATOS 16	

Fotos

















GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRANIAL AV. MENINO MARCELO, 99, CIDADE UNIVERSITÁRIA - CEP. 57073-470



AR DIGITAL

DESTINATÁRIO FABIANA SANTOS FARIAS RUA RAMON LIMA 107 SANTA RITA MARECHAL DEODORO - AL 57160-000



CORREIOS

EXERCÍCIO 2019



Data de postagem: 04/11/2019

		•
DETRAN 24 horas para informações e dúvidas: www.detran.al.gov.br	MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO Mudou-se Recusado	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO 10º CIRETRAN - MACEIO AV. MENINO MARCELO, 99
31/10/2019 QLJ0358	Endereço insuficiente Não procurado Não existe o número Ausente	MACEIÓ-AL 57073-470
3	Desconhecido Falecido Outros	RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO